REGULAMENTO ELEITORAL DA “CONFAGRI- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL, CCRL”

Capítulo I (Generalidades)

Artigo 1º (Mandato)

1 - Em conformidade com o disposto nos Artigos 26º e 28º dos Estatutos da CONFAGRI, os titulares dos Órgãos Sociais são eleitos por escrutínio secreto, pela Assembleia Geral, para um período de quatro anos.

2 - Em caso de vacatura do cargo, o membro designado para o preencher apenas completará o mandato.

Artigo 2º (Condições de elegibilidade)

Só são elegíveis para os Cargos Sociais os Delegados dos membros da Confederação que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos sociais.

Artigo 3º (Incompatibilidades)

O regime de incompatibilidade rege-se, com as necessárias adaptações, pelo disposto no Código Cooperativo e legislação complementar.

Artigo 4º (Voto por correspondência)

Não é permitido o voto por correspondência.

Capítulo II (Do processo eleitoral)

Artigo 5º (Responsabilidade pelo processo eleitoral)

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral é o responsável pelo processo eleitoral.

Artigo 6º

(Eleições)

1 - A eleição far-se-á por listas nominativas, de onde constem obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do candidato;
- b) Declaração de cada candidato, sob compromisso de honra, de aceitação do cargo ou função para que é proposto.

2 - Os candidatos propostos para o Conselho de Administração da CONFAGRI deverão ser os Presidentes do órgão de administração das associadas da Confederação, salvo motivo impeditivo apresentado pelo próprio, devidamente fundamentado.

3 - Os candidatos propostos para o Conselho Fiscal e a Mesa da Assembleia Geral da CONFAGRI deverão ser preferencialmente membros do órgão de administração das associadas.

4 - As listas devem indicar três membros suplentes para o Conselho de Administração e três membros suplentes para o Conselho Fiscal.

Artigo 7º (Das listas)

As listas de candidatos aos órgãos sociais da CONFAGRI devem ser propostas:

- a) Pelo Conselho de Administração cessante da Confederação; ou:
- b) Pelos órgãos de administração da maioria das Federações associadas; ou:
- c) Por, pelo menos, 35% dos delegados, sendo obrigatório que os proponentes integrem delegados de todas as Federações associadas, na proporção do número de delegados com que cada uma participa na assembleia Geral.

Artigo 8º (Tramitação)

1 - As listas organizadas, como ficou referido nos Artigos anteriores, deverão dar entrada na Sede da Confederação, em carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até às 18:00 horas do oitavo dia anterior à realização do acto eleitoral.

2 - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificará a conformidade das listas com o disposto nos Estatutos e neste Regulamento e, caso estejam conformes, exarará despacho nesse sentido e mandará afixar a lista no local próprio da Sede da Confederação.

3 - Da decisão do Presidente da Mesa da Assembleia Geral será ainda dado conhecimento ao primeiro subscritor da lista.

4 - Verificada qualquer desconformidade na lista, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral dará tal facto conhecimento ao primeiro signatário da mesma, concedendo-lhe 48 horas para a sua correcção.

5 - Findo o prazo referido no número anterior sem rectificação das desconformidades verificadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral lavrará nota de recusa da lista a sufrágio.

6 - Desse facto deverá ser dado conhecimento ao primeiro subscritor da lista, sendo ainda copiada a nota de recusa e afixada na Sede da Confederação.

Capítulo III

(Disposições finais)

Artigo 9º (Alterações)

Este Regulamento poderá ser alterado por decisão da Assembleia Geral da Confederação, sempre que se torne conveniente.

Artigo 10º (Casos omissos)

Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelos Estatutos e demais legislação aplicável.